

Nota de apresentação

## História da Educação e Educação Comparada: novos territórios e algumas revisitações a dois domínios disciplinares contíguos

JORGE RAMOS DO Ó

Este primeiro dossier da *Sísifo* pretende ser uma mostra da produção científica que vem sendo conduzida pelos membros da Unidade de I&D em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, nos domínios particulares da História da Educação e da Educação Comparada. A todos os autores foi sugerido que procurassem apresentar um trabalho que, de modo mais impressionante, desse a conhecer ao leitor as linhas e pistas estruturantes de uma prática investigativa bem actual e até em pleno curso de andamento. O desafio seria, portanto, o de tentar mostrar como e de que maneira aqueles dois domínios disciplinares têm estado, por um lado, a ser alvo de análises que intentam delimitar novos territórios educativos e, por outro, a ser revisitados a partir de novas ferramentas teóricas, susceptíveis de desdobrar e lançar outras iluminações sobre realidades educativas que até aí se julgavam sólida e consensualmente interpretadas. Evidentemente e se bem vistas as coisas, trata-se neste breve acervo de fornecer uma visão panorâmica, mas que se obtém a partir de planos particulares — o que vale por dizer que, a haver coerência entre os artigos, ela deverá residir tão apenas no propósito ora de começar a escrever para lá dos limites do estado actual da arte ora de intentar reescrever, acreditando desta forma que o texto por vir, como notava amiúde Derrida, se imporá inteiro a partir de uma plataforma que renova e relança uma tradição discursiva.

O *dossier* abre sintomaticamente com um texto de Justino Magalhães o qual, a partir dos

horizontes teóricos próprios da história cultural, visa demonstrar como uma “linha de investigação” apenas acometida ao livro escolar nos remete, afinal, para o processo mesmo de construção de “novos objectos epistémicos”, no quadro de uma efervescente renovação historiográfica. É assim que este autor descobre na materialidade do *manual* — esse incontornável da cultura escolar ao menos a partir de finais do século XIX — um autêntico dispositivo de ordenação da cultura, da memória e da acção colectivas. Em texto centrado sobre a figura de Bocage, subscrito por Rogério Fernandes, diga-se que é o ainda desconhecido jogo de tensões entre uma cultura escolar, tendencialmente hegemónica, e a possibilidade de uma formação cultural realizada em oposição a ela — encarnada pela figura do poeta setecentista, cuja carreira literária pareceu dispensar a académica — que ocupa o centro da narrativa. Neste artigo é, pois, explorada a hipótese segundo a qual o processo de afirmação do Estado-nação parece impor o princípio de que os chamados fenómenos de contra-cultura se inteligibilizem como sendo de natureza essencialmente extra-escolar.

O domínio da Educação Comparada colhe dois trabalhos. No primeiro, Rui Canário procede a uma “síntese reflexiva” de quatro desafios que, em sua opinião, importa encarar de frente para se operar uma efectiva “renovação metodológica” neste sector da investigação e que parece passar pelo abandono das metanarrativas construídas em torno do Estado-nação. O artigo organiza-se em torno de uma tese de natureza causal — a de que os processos

de “regulação dos sistemas educativos” são resultado de um fenómeno mais vasto de “regulação transnacional” —, a qual, por seu turno, permite articular uma ampla discussão, que atravessa não apenas os processos globalizados de integração económica como também a erosão de fronteiras do mundo tradicional, num cenário que permite ainda descobrir, de forma indistinta, a mudança social tanto no plano das instituições quanto nos ciclos de vida profissional dos sujeitos. Questionando também as condições teórico-metodológicas do trabalho em Educação Comparada se apresenta o texto de Ana Isabel Madeira, embora nele seja a educação colonial no espaço lusófono a delimitar o argumento. Nele, trata-se de incorporar um conjunto de contributos interpretativos destinados a desconstruir uma analítica que ainda se encontra muito amarrada a um “eurocentrismo” “auto-referenciado”.

A história da escola é uma outra superfície que aqui se abre a novas territorialidades e a outras interpretações. Luís Alberto Marques Alves procura traçar, desde as suas raízes mais remotas, a identidade do actual Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP). Apresenta-nos a genealogia de uma instituição, mas faz mais do que isso. Remontando ao início da segunda metade de Oitocentos, é-nos permitido visualizar, de facto, a emergência e a difícil consolidação da chamada razão técnica — dos limites das ambiguidades e hesitações do processo de industrialização em Portugal —, relacionando-a com a esfera da decisão política. Maria João Mogarro regressa também ela ao problema da memória da cultura escolar, só que o faz pela via da salvaguarda e da preservação dos fundos documentais e patrimoniais. Como se a própria renovação dos estudos em História da Educação dependesse agora muito mais das condições de instalação e de organização destes espaços no interior dos estabelecimentos de ensino. Depois dos estudos sobre as grandes reformas e políticas educativas os investigadores tendem a acreditar

que a compreensão efectiva do tecido complexo que envolve a escola passa pela triangulação de fontes as mais diversificadas. É assim que começam a emergir, e cada vez com mais força, os estudos de história local da educação, como é de resto o caso da investigadora Maria Isabel Baptista, que nos oferece uma síntese panorâmica do paralelismo entre as escolas régias e as escolas regimentais na província de Trás-os-Montes entre finais do século XVIII e os primórdios do século XIX. Um acervo documental bastante rico é neste trabalho mobilizado para perceber como, no quadro de uma região periférica e no período do Despotismo Iluminado e do Liberalismo, se foi construindo, na verdade, uma certa homogeneidade na cultura escolar, no que respeita seja a planos de estudo, seja a materiais escolares e didácticos.

Paulo Guinote consagra o seu texto à questão dos actores educativos. Trabalha especificamente a figura dos regentes escolares no quadro de uma rápida expansão do sistema educativo levada a cabo pelo Estado Novo — que criou uma rede de postos de ensino com um mínimo de encargos para o Orçamento —, mas procura levar a sua análise ao território das práticas do ensino das primeiras letras. E dos professores passamos à pedagogia. Este *dossier* encerra com um artigo de Jorge Ramos do Ó no qual se regressa quer a textos quer a autores muito trabalhados — porque fundadores das Ciências da Educação a partir do último quartel do século XIX —, mas para propor uma releitura que pretende situar para muito lá de uma discussão de carácter epistemológico: a de que toda a psicopedagogia moderna se estruturou historicamente a partir dos princípios de governo do eu; sempre que as autoridades educativas nos falam de autonomia ou de responsabilidade estão a falar de disciplina, de auto-regulação. De uma ampliação da esfera do poder dentro do coração e da consciência de si dos sujeitos.

O leitor tem agora à sua frente o esboço de uma prática, de um artesanato.